

Por uma Angola melhor

**RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO SOCIAL
DO MUNICÍPIO DOS BUNDAS
MOXICO | 2021**

APOIO:



NORWEGIAN CHURCH AID
actalliance



Índice

Pág. 04	<i>Agradecimento</i>
Pág. 05	<i>Enquadramento</i>
Pág. 06	<i>Metodologia</i>
Pág. 08	<i>Caracterização da área de estudo</i>
Pág. 08	Amostra
Pág. 08	Resultado
Pág. 10	<i>Características da população inquirida</i>
Pág. 14	Religião
Pág. 15	Língua mais falada
Pág. 16	Chefes de Família
Pág. 17	Acesso à informação
Pág. 18	Meios de transporte
Pág. 19	Mortalidade
Pág. 20	<i>Habitação</i>
Pág. 21	Condições sanitárias
Pág. 22	Energia e água
Pág. 26	<i>Educação</i>
Pág. 28	<i>Empoderamento</i>
Pág. 28	Criação de pequenos negócios
Pág. 32	Situação laboral
Pág. 33	Precariedade no trabalho por conta de outrem
Pág. 34	Participação em actividades de produção para obter rendimento
Pág. 35	Acesso à banca e empréstimo

Pág. 36	<i>Segurança Alimentar</i>
Pág. 36	Terra
Pág. 38	Animais
Pág. 38	Entidades de recurso para as famílias
Pág. 39	Fontes de alimentos para a Família
Pág. 40	Preocupação com falta de alimentos
Pág. 41	Alteração de hábitos alimentares
Pág. 41	Redução do número de refeições do agregado
Pág. 42	<i>Acesso à Justiça</i>
Pág. 44	Entidades de recurso
Pág. 45	Instituições Formais
Pág. 45	Distância até ao posto da Polícia
Pág. 45	<i>Resiliência e Calamidades</i>
Pág. 47	Estratégias para enfrentar uma calamidade
Pág. 48	<i>Recomendações</i>
Pág. 50	<i>Referências Bibliográficas</i>
Pág. 50	<i>Siglas</i>

Agradecimentos

*À memória de Dom Jesus Tirso Blanco,
o defensor do meio ambiente.*

No âmbito da sua parceria com a **AIN – Ajuda da Igreja Norueguesa**, por quatro anos consecutivos, e em diversos locais, o **Mosaiko** realizou pesquisas qualitativas para Avaliação Participativa sobre o Acesso à Justiça e a sua relação com a exploração de recursos naturais, com o objectivo de ouvir a experiência e a percepção das pessoas sobre como funcionam os vários sistemas de justiça a que recorrem em caso de problemas nas suas comunidades.

Terminado o ciclo de avaliações participativas, surgiu a necessidade de dar continuidade ao tema dos recursos naturais propondo um modelo de solução triangulado que incluísse a componente da capacitação jurídica para acções de advocacia aos vários níveis, e tivesse uma componente de geração de rendas e aplicação de técnicas de resposta resiliente ao fenómeno da extracção insustentável dos recursos naturais.

Embora as avaliações sobre o acesso à justiça tenham sido feitas, também, em zonas como Uíge e Cabinda, a escolha da província do Moxico e do município dos Bundas, em particular, deveu-se ao apoio e à confiança da parceria de **Dom Jesus Tirso Blanco**, Bispo de Luena, que nas últimas décadas da história angolana liderou e tornou-se um ícone da luta por uma justiça mais acessível a todos, em especial para as comunidades vítimas da desflorestação, da pobreza e da falta de Justiça. Esta luta tão intrinsecamente ligada ao seu ministério de Bispo, levou a procurar envolver toda as forças da sua diocese na luta por um mundo mais justo.

Este relatório é dedicado a **Dom Tirso Blanco**, verdadeiro defensor dos oprimidos e dos injustiçados para que o seu legado inspire a todos, em especial os cristãos e cristãs do Luena a lutarem em defesa do meio ambiente.

O **Mosaiko** agradece a parceria e o apoio financeiro da **NCA** e espera que a intervenção que se vai desenhar a partir deste diagnóstico contribua para um maior empoderamento das comunidades dos Bundas e, num efeito de contágio, influenciar todas as comunidades vítimas de extracção insustentável dos recursos naturais, a defenderem os seus direitos junto dos portadores de deveres.

Júlio Gonçalves Candeeiro, Op
Director Geral do Mosaiko

Enquadramento

O presente relatório foi elaborado no âmbito do projecto Human Rights Defense, financiado pela NCA e implementado pelo Mosaiko | Instituto para a Cidadania. O projecto enquadra-se na Missão do Mosaiko de promover, defender e divulgar os Direitos Humanos em Angola.

Após 4 anos consecutivos de Avaliação Participativa sobre o Acesso à Justiça, realizada num total de 8 províncias, onde foi possível relacionar o Acesso à Justiça com a exploração de recursos naturais, o conjunto das pesquisas demonstra o tipo de problemas e os recursos da população na tentativa de os resolver, tendo-se esgotado o tipo de problemas e as formas e tipos de tentativa na resolução dos mesmos.

Assim, na lógica de actuação do Mosaiko, de reflexão-acção, este projecto tem a visão de trabalhar com comunidades em cujo território há exploração de recursos naturais, acompanhando para um maior emponderamento na resolução de problemas e conflitos, com vista a melhorar as condições de vida e autonomia.

Foi seleccionado o município de Bundas pelas seguintes características:

- ▶ O Moxico foi uma das províncias alvo da Avaliação Participativa sobre o Acesso à Justiça, tendo-se já compilado bastantes informações sobre o tema e sobre a sua relação com a exploração de madeira;
- ▶ Zona onde ocorre exploração de madeira e abate da floresta;

- ▶ Zona com potencial económico sustentável a partir da floresta e da terra (agricultura, apicultura e outros);
- ▶ Comunidade relativamente pequena;
- ▶ Ausência de organizações da sociedade civil com projectos implementados conhecidos;
- ▶ Parceria com a diocese do Luena na implementação do projecto;

O projecto tem como objectivo geral, promover a capacidade das comunidades afectadas pelas indústrias extractivas de modo a responsabilizar os portadores de deveres na defesa dos seus direitos.

Assim sendo, a acção visa alcançar, mobilizar e/ou responsabilizar as comunidades, as empresas e o Estado na gestão transparente dos recursos provindos da extracção da madeira. Para alcançar este objectivo, o projecto identificou e previu realizar acções de advocacia organizadas por grupos de comunidades nos níveis municipal e provincial, junto de entidades do Estado e das lideranças religiosas de modo a promover maior transparência na gestão dos recursos provenientes da extracção da madeira nas comunidades do município de Bundas. Além disso, o projecto visa contribuir para a criação de acções e meios de resiliência através de actividades de geração de renda provenientes da gestão da madeira. Estas acções serão desenhadas a partir dos resultados de uma pesquisa/diagnóstico. Diagnóstico este que se revelou como sendo uma das principais actividades realizadas no primeiro semestre de 2021. Em outras palavras, pretende-se desenhar uma estratégia de intervenção junto das comunidades, com base nos dados deste relatório.

Metodologia



Os estudos quantitativos baseiam-se em métodos de amostragem probabilísticos que permitem conhecer as características da população a partir de uma fracção desta, designada por amostra. No entanto, esses métodos exigem o conhecimento exaustivo do universo (população), ou seja, e para este estudo, seria necessário ter-se um conhecimento preciso de todos os domicílios e da população de todas as aldeias/bairros do município de Bundas. Na ausência dessa informação, e tendo em conta os meios financeiros e o tempo disponíveis, o mais correcto foi recorrer ao método de amostragem por conveniência em que as regras para definir os elementos ou participantes da amostra são menos complicadas, isto é, utilizam-se os elementos disponíveis. Dada a sua simplicidade, a recolha de dados geralmente leva um tempo mínimo e os custos são mais baixos. Os resultados são válidos para as localidades inquiridas, não podendo, obviamente, ser extrapolados para todo o Município dos Bundas. Isto significa que os resultados não poderão ser generalizados para toda a região, mas darão uma imagem da situação actual dessas localidades.

Foram elaborados questionários estruturados, para a recolha de dados sobre a habitação, características pessoais e dos agregados familiares, empoderamento, segurança alimentar, acesso à justiça e calamidades naturais.

Foram seleccionadas as comunas de Lumbala Nguimbo, Ninda, Lutembo e Luvuei e em cada comuna inquiridos 5% do total de agregados familiares, tendo como fonte uma lista fornecida pelos responsáveis locais. No total, foram recolhidos dados de 350 agregados familiares nas quatro Comunas (**tabela 2**).

Depois da testagem dos instrumentos de pesquisa, feita em Novembro de 2020, e melhorado o instrumento de recolha de dados, no início de 2021, pelas consultoras do projecto em conformidade com as propostas trazidas pelos inquiridores, a equipa do Mosaiko deslocou-se em Maio para o Moxico, mais concretamente ao Município dos Bundas e realizou a pesquisa quantitativa de 21 de Maio a 06 de Junho de 2021. Além dos dados quantitativos foram feitas entrevistas aos líderes das comunidades e grupos focais de mulheres, de homens e de jovens.

Antes da realização da pesquisa, a equipa do Mosaiko recebeu uma formação sobre pesquisa quantitativa, facilitada pelas consultoras externas do projecto, que serviu para elucidar sobre o conteúdo do formulário, as técnicas de abordagem da população alvo do inquérito e os métodos para a recolha correcta dos dados.

Desta formação foi constituída uma equipa de campo que de igual modo capacitou os jovens locais interessados em participar na pesquisa. Beneficiaram da formação 9 candidatos (2 mulheres e 7 homens), dos quais foram seleccionados quatro para a realização da pesquisa.



A formação que durou 4 dias, foi com base numa metodologia teórica e prática, e terminou com ensaio num dos bairros seleccionados para o estudo, que pela qualidade do trabalho, acabou por ser incluído na amostra.

Os dias no terreno foram bastante desafiantes para a equipa, a começar com o processo de selecção dos inquiridores, por insuficiência de pessoas com experiências em pesquisa quantitativa no município. Esta realidade levou a equipa a mudar a metodologia de selecção, renegociar com os candidatos a lógica de selecção (primeiro formação e depois selecção), diferente do que estava inicialmente previsto e acordado. A equipa teve também dificuldades com domínio das línguas locais, que são diversas, entre elas: Bunda, Luchaze, Chokwe, Luvale, Nganguela, Mashi e Umbundo. Não obstante as dificuldades, próprias de qualquer processo, a avaliação do trabalho foi positiva, na medida em que os obstáculos foram contornados e os objectivos alcançados.

A metodologia e as opções tomadas durante a formação revelaram-se eficientes e ajustadas ao contexto.

A Igreja Católica, de uma maneira particular o Bispo Dom Jesus Tirso Blanco, os Padres, as Irmãs, os Catequistas e alguns fiéis deram um apoio fundamental do ponto de vista logístico. Muito particularmente, os catequistas que ajudaram na mobilização, acolhimento e na tradução.

Caracterização da área de estudo



O município de Bundas, actualmente, é constituído por 7 comunas (Mussuma Mitete, Ninda, Sessa, Chiúme, Lumbala Nguimbo, Lutembo e Luvuei), sendo um dos 9 municípios da província do Moxico. Segundo os dados do CENSO 2014, a província do Moxico é a segunda província com menor densidade populacional (4 habitantes por quilómetro quadrado), sendo que o município de Bundas registava apenas 1,9 habitantes/ km².

Segundo dados mais recentes, fornecidos pela administração municipal em 2020, a população é de 65.736 habitantes. O município conta com a presença de instituições como Polícia Nacional, Serviço de Migração e Fronteiras, Polícia Guarda Florestal e Polícia Fiscal. Tem uma conservatória e posto de registo de nascimento e um posto de emissão do BI (Bilhete de Identidade). Não conta com Tribunal nem com a presença de representante do Ministério Público.

AMOSTRA

Para o presente estudo, seleccionaram-se 4 das 7 comunas com população estimada em 47.296 habitantes:

Comunas	População
Lumbala Nguimbo (sede do município)	29.242
Ninda	6.061
Lutembo	6.967
Luvuei	5.026
Total	47.296

Tabela 1: Amostra da população inquirida

RESULTADOS

A amostra constou de 350 agregados familiares. Cerca de 46% dos agregados inquiridos são de Lumbala Nguimbo e 11% de Luvuei.

Comunas	Nº	%
Lumbala Nguimbo	160	45,7
Ninda	67	19,1
Lutembo	83	23,7
Luvuei	40	11,4
Total	350	100,0

Tabela 2: Número de agregados familiares inquiridos, por comuna

Esta distribuição da amostra teve em conta as informações obtidas no trabalho prévio de terreno, através de entrevistas e recolha de dados junto das administrações comunais e municipal e autoridades tradicionais e os objectivos a alcançar com a aplicação do inquérito.

A aplicação dos inquéritos a 350 agregados familiares permitiu obter informação correspondente a 2010 pessoas, com a seguinte distribuição por sexo e por comuna:

Comunas	Mulheres	Homens	Total
Lumbala Nguimbo	467	427	894
Ninda	178	186	364
Lutembo	256	282	538
Luvuei	102	112	214
Total	1.003	1.007	2010

Tabela 3: População abrangida pelo inquérito, por comuna

A amostra, segundo o sexo, reflecte um possível aumento do índice de masculinidade (100,1), se comparado com os dados apontados pelo CENSO de 2014, que correspondia a 93,1. Esta diferença pode justificar-se pelo facto de a amostra deste estudo não ser exaustiva da população do município e por terem passado mais anos desde o final da guerra.

Relativamente à distribuição por idade, em todas as comunas, os dados correspondem a uma maior acumulação de pessoas entre os 0 e os 19 anos, o que está de acordo com o panorama nacional.





Características da população inquirida

A caracterização da amostra passa por compreender, também, algumas características gerais da população inquirida, como género, idade, situação laboral, dependentes e outras.

Assim, quanto ao sexo, exceptuando a comuna de Lumbala Nguimbo (em que há mais 4,4% mulheres que homens), o número de homens supera o de mulheres em 2,2% em Ninda, 4,8% no Lutembo e 4,6% no Luvuei.

Sexo	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	427	47,8	186	51,1	282	52,4	112	52,3
Feminino	467	52,2	178	48,9	256	47,6	102	47,7
Total	894	100,0	364	100,0	538	100,0	214	100,0
Índice de Masculinidade	91,4		104,5		110,2		109,8	

Tabela 4: Distribuição da amostra quanto ao sexo e por comuna

Os indicadores que analisam a idade, mostram uma amplitude muito grande na distribuição dessa variável. Observa-se que a idade mínima é zero (são os menores de um ano) e a idade máxima é igual ou superior a 80 anos. Essa grande variabilidade reflecte-se no valor da idade média (corresponde ao somatório de todas as idades, dividindo pelo número de respondentes), porque ela sofre influência dos valores extremos. Neste caso, deve-

se escolher a mediana (valor central do conjunto de dados da amostra) como medida resumo da distribuição da idade na população. Assim, metade da amostra concentra-se abaixo dos 14 anos em 3 das comunas e abaixo dos 16 na comuna de Lumbala Nguimbo. Este resultado está em consonância com os resultados do CENSO de 2014, que indica que o Moxico é uma das 3 províncias que concentra maior número de população residente dos 0 aos 14 anos.

Indicadores	Lumbala Nguimbo	Ninda	Lutembo	Luvuei
Idade Mínima	0	0	0	0
Idade Máxima	91	89	81	80
Idade Média	21	19	18	21
Idade Mediana	16	14	14	14
Índice de Envelhecimento	9,0	5,6	3,7	8,3

Tabela 5: Indicadores de estrutura Etária da amostra

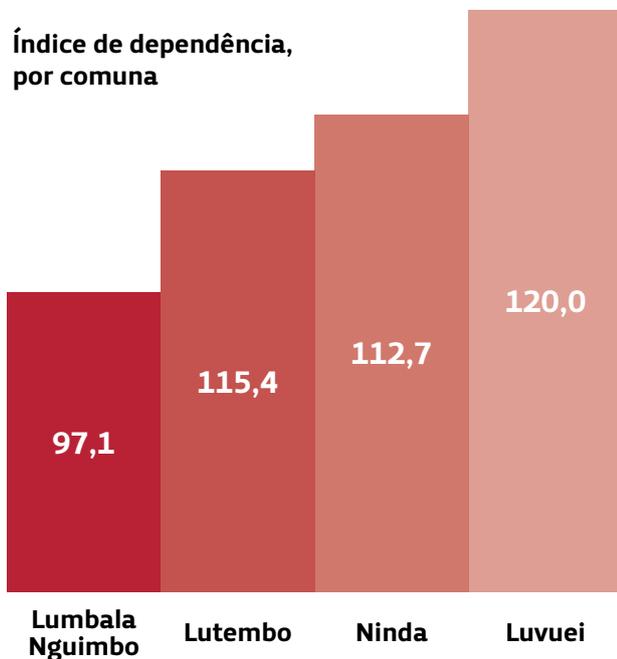
Foi calculado o índice de envelhecimento, indicador que nos permite avaliar a proporção entre população com 60 ou mais anos e a população menor de 15 anos. Quanto menor é este índice, menor é o número de idosos por cada 100 pessoas até 14 anos de idade, dando um panorama da proporção entre mais novos e mais velhos de uma mesma comunidade. Angola, devido à situação de guerra prolongada, que finalizou apenas em 2002, às fracas políticas públicas de planeamento familiar e controlo da natalidade, e ao débil acesso ao sistema de saúde, é um dos países, a nível mundial, que ainda apresenta um índice de envelhecimento baixo, ou seja, conta com mais população jovem que idosa. No entanto, tendo em conta que a tendência mundial é a inversa, espera-se que este panorama venha a alterar-se nos próximos 100 anos.

O índice de envelhecimento encontrado nesta pesquisa de 9%, é mais alto do que o descrito para a província, no CENSO de 2014, correspondente a 5%. Um índice de envelhecimento de 9 significa que, por cada 100 pessoas dos 0-14 anos idade, existem 9 pessoas com 60 anos ou mais.

As idades de uma comunidade também permitem aferir um índice importante, o índice de dependência, que relaciona a população inactiva (crianças e idosos) com a população activa (dos 15 aos 60 anos).



Para a nossa amostra, por comuna, temos que:



Este índice tenta expressar, numericamente, a taxa de esforço de uma comunidade para garantir a sua sustentabilidade. Quanto mais elevado é, mais dependentes existem, relativamente à pessoa activa. Por exemplo, na comuna de Ninda, podemos perceber que, por cada 115 pessoas não activas, há 100 pessoas activas, de onde se compreende que há mais pessoas dependentes do que activas. Este indicador é fortemente influenciado pela dependência de jovens menores de 15 anos que são em maior número que os idosos em todas as comunas.

Para o município, a taxa de dependência é fruto da realidade demográfica nacional: um elevado número de pessoas menores de 15 anos, e não devido a uma população envelhecida. Esta informação é corroborada pelos dados recolhidos quanto ao grau de parentesco dos habitantes de cada casa, sendo que, em qualquer uma das comunas, a percentagem de habitantes de uma mesma casa correspondente a filhos foi sempre mais elevada do que 55%.

No entanto, o Índice de Dependência não pode ser analisado fora do seu contexto, pois os relatos recolhidos em grupos focais revelam que as pessoas em idade activa não têm acesso a emprego, o que mostra que, possivelmente, as pessoas em idade activa que, efectivamente, auferem rendimento, podem ter mais dependentes à sua responsabilidade do que os que o índice de dependência revelam: **“e outra coisa também é a falta de emprego, já somos finalistas há bastante tempo e não temos emprego, nós também queremos trabalhar e temos esses sonhos de um dia ter emprego porque normalmente só dependemos das nossas lavras. E da lavra o que sai às vezes é mesmo pouco e é mesmo pouco.”** (Homens, Lumbala Nguimbo).

Por outro lado, os relatos das pessoas entrevistadas e dos participantes de grupos focais deixam claro que a taxa de esforço das comunidades, na luta pela sobrevivência, é bastante mais alta do que o Índice consegue ilustrar, já que o isolamento devido às más vias de acesso, à dificuldade em escoar produtos, aceder a água, serviços de saúde, emprego e educação e os efeitos das alterações climáticas são sentidas de forma transversal por toda a população **“Mas o que está mais no sofrimento, é a população mais nas aldeias, quando você vai na aldeia você não sente o País, Angola, não vai ver que aqui é Angola, é tipo o sofrimento é mesmo aquele, então por isso mesmo aqui o sofrimento é difícil.”**(catequista – entrevista), **“O governo nos esqueceu. Nós aqui não temos água; como vou fazer eu que sou velha vou procurar água? (...) quando não tem comida, dorme mesmo, até as vezes as crianças passam a fome.”** (Mulheres, Ninda)

Segue uma breve caracterização da situação conjugal da população inquirida:

Situação conjugal	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Solteiro	282	48,4	94	44,5	144	46,3	55	42,0
Casado	28	4,8	11	5,2	14	4,5	14	10,7
União de facto	202	34,6	79	37,4	115	37,0	49	37,4
Separado/ Divorciado	37	6,3	17	8,1	18	5,8	7	5,3
Viúvo	26	4,5	8	3,8	7	2,3	6	4,6
N/R	8	1,4	2	0,9	13	4,2	0	0,0
Total	583	100,0	211	100,0	311	100,0	131	100,0

Tabela 7: Situação conjugal dos participantes da amostra (com 12 anos ou mais)

Pela tabela, podemos compreender que a situação da maioria das pessoas é de solteira ou em união de facto, o que pode revelar alguma precariedade nas relações conjugais (menos segurança, dificuldade em garantir direitos de herança ou deveres de paternidade e/ou maternidade).

Quanto à relação de parentesco entre as pessoas que coabitam, temos:

Relação de parentesco	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Chefe	160	17,9	67	18,4	83	15,4	40	18,7
Esposa	109	12,2	47	12,9	65	12,1	31	14,5
Filhos	497	55,6	202	55,5	323	60,0	126	58,9
Genro/Nora	1	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Neto	104	11,6	31	8,5	46	8,6	15	7,0
Outro parente	23	2,6	17	4,7	21	3,9	2	0,9
Total	894	100,0	364	100,0	538	100,0	214	100,0

Tabela 8: Relação de parentesco entre os participantes da amostra seleccionada





Para a nossa amostra, e por comuna, temos que:

Comuna	Lumbala Nguimbo	Ninda	Lutembo	Luvuei
Número médio de filhos	3,1	3,0	3,9	3,6

Tabela 9: Número médio de filhos por agregado e por comuna

RELIGIÃO

Quanto à religião, apenas 1,1% dos respondentes afirmaram não ter nenhuma religião, enquanto que as religiões com maior número de crentes, por comuna, foram:

Comunas	Religião	% de crentes/comuna
Lumbala Nguimbo	UIEA	28,6
Ninda	Nova Apostólica	29,9
Lutembo	Protestante	35,4
Luvuei	Protestante	24,4

Tabela 10: Principal religião, por comuna

Da análise das religiões professadas pelos inquiridos, destaca-se também que a religião Católica que aparece sempre, em cada comuna, em terceiro ou quarto lugar, o que se diferencia bastante dos dados do país, que, em 2014, era a religião mais praticada, com 41% da população (seguida da religião Protestante, com 38%).

No entanto, de modo geral, em grupo focal, ficou evidente que a população, estando desacreditada do investimento público na região, conserva alguma esperança que as igrejas possam ter um papel activo na melhoria das condições de vida das comunidades, não tendo sido poucas vezes que a equipa do Mosaiko foi alvo de pedidos expressos **“vocês que são da igreja, se vieram, que nos ajudem mesmo”** (Jovens, Ninda).

Ao longo da aplicação do inquérito a equipa ouviu várias vezes que as pessoas estão saturadas de responder a perguntas ou dar a sua opinião em auscultações, mas que a mudança e o investimento efectivo não chegam. O facto da equipa do Mosaiko estar no terreno com o consentimento e apoio da Diocese do Luena teve influência positiva na colaboração da população.

LÍNGUA MAIS FALADA

Foi também feito o levantamento da língua mais falada em casa. Este indicador não exclui que os respondentes não falem outras línguas, mas indica a língua em que, possivelmente, a população tem mais facilidade para se exprimir e veicular informação. Foram identificadas diversas línguas nacionais, o que demonstra diversidade cultural. A tabela abaixo permite-nos também comparar o uso das línguas nacionais com o uso da língua portuguesa, revelando a importância de se comunicar nas línguas nacionais para um trabalho que seja efectivo:

Línguas mais faladas	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Português	13	2,2	0	0,0	8	2,6	0	0,0
Umbundu	4	0,7	3	1,4	29	9,3	5	3,8
Nganguela	21	3,6	3	1,4	0	0,0	5	3,8
Chokwe	52	8,9	2	0,9	43	13,8	34	26,0
Luvale	4	0,7	0	0,0	56	18,0	7	5,3
Luchazes	151	25,9	34	16,1	89	28,6	27	20,6
Bunda	325	55,7	163	77,3	68	21,9	53	40,5
Outra (Mashi)	6	1,0	6	2,8	6	1,9	0	0,0
N/R	7	1,2	0	0,0	12	3,9	0	0,0
Total	583	100,0	211	100,0	311	100,0	131	100,0

Tabela 11: Línguas mais faladas pelos agregados familiares, por comuna

Comparando com os dados do CENSO de 2014, apresentados a nível de províncias, o que mais se destaca é que as línguas mais faladas no município de Bundas (Luchazes e Bunda) não são sequer referidas numa visão mais macro do país, onde podemos inferir que estas línguas nacionais são de pouca prevalência no país e, possivelmente, circunscritas a zonas relativamente pequenas.

De notar que, em entrevista, uma pessoa com cargo de chefia na administração considerou que **“Interagimos com a população e ela goza de liberdade plena de se expressar na própria língua (Mbunda, luchazes, luvale, Cokwe, Nganguela..).”** (Administração Municipal)



CHEFES DE FAMÍLIA

Quanto ao chefe do agregado familiar, os dados obtidos mostram que a maioria são do sexo masculino:

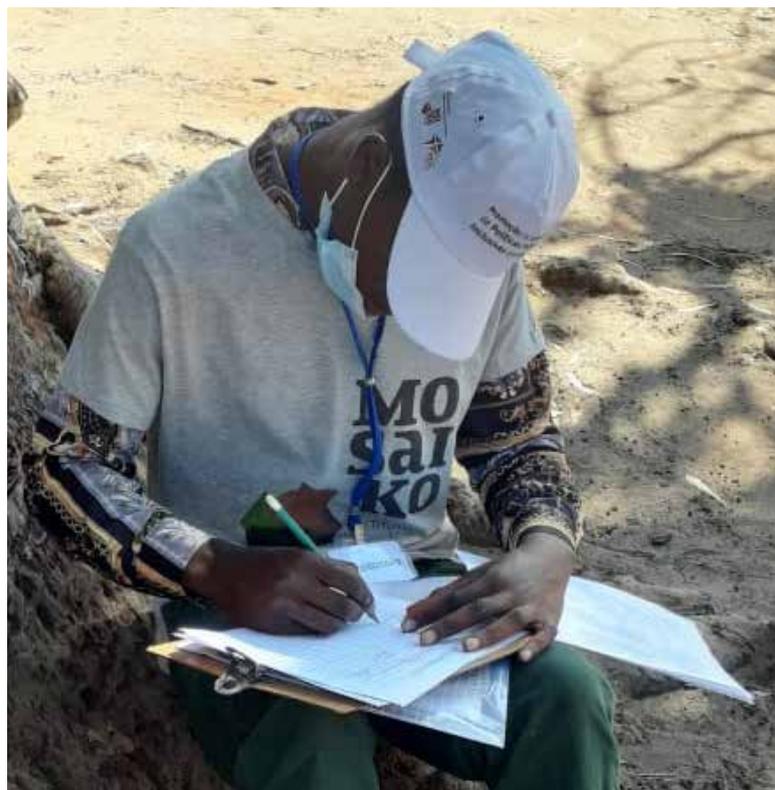
Sexo dos chefes de agregado familiar	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	117	73,1	49	73,1	69	83,1	33	82,5
Feminino	43	26,9	18	26,9	14	16,9	7	17,5
Total	160	100,0	67	100,0	83	100,0	40	100,0

Tabela 12: Distribuição dos chefes de família por sexo e por comuna

As mulheres que lideram agregados familiares estão, na sua maioria, na situação de separadas ou viúvas, tendo havido um caso, na comuna de Ninda, de uma mulher que, estando em situação conjugal de união de facto, assumiu ser a líder do agregado familiar.

No entanto, para além dos números, em grupo focal, foi possível perceber que há muitas situações de fuga à paternidade e que essas mulheres e crianças acabam por ficar a viver com as suas famílias, aumentando o tamanho do agregado familiar e o número de dependentes em cada família: ***“Isso (fuga à paternidade) é muito, aqui tornou-se como vício. A minha casa mesmo, tenho uma menina que fez filho com um elemento da polícia da guarda fronteira, desde a natalidade da criança, nunca houve sequer nenhum apoio, a criança tem 2 anos e 3 meses.”*** (Homens, Lumbala Nguimbo). Os relatos dos grupos focais são corroborados pelos dados apresentados na tabela 7, em que se pode observar a percentagem de netos e netas que vivem em cada agregado (Lumbala Nguimbo 11,6% de netos; Ninda 8,5%, Lutembo 8,6% e Luvuei 7,0%) o que, cruzando com a informação sobre o número de noras ou genros a viver no agregado (em percentagens iguais ou irrelevantes), pode indicar a necessidade de os netos e netas ficarem a viver na casa dos avós por vários motivos, podendo ser um deles a fuga à paternidade.

Procurou-se também inquirir sobre a situação laboral dos chefes de agregados familiares, de onde se verificou a percentagem de chefes que trabalham e auferem rendimento mensal (independente do tipo de trabalho: formal ou informal, por conta própria ou por conta de outrem) relativamente a total de chefes de família.



Sexo	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	112	95,7	48	98,0	68	98,6	33	100,0
Feminino	39	90,7	14	77,8	14	100,0	7	100,0
Total	151	94,4	62	92,5	82	98,8	40	100,0

Tabela 13: Proporção de chefes de família que trabalham, por sexo e por comuna

ACESSO À INFORMAÇÃO

Para melhor perceber através de que meios se pode estabelecer comunicação com a população, inquiriu-se sobre o acesso a meios de comunicação das famílias:

Bens que facilitam o acesso a comunicação e informação	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Rádio	31	19,4	14	20,9	18	21,7	10	25,0
Televisão	40	25,0	5	7,5	17	20,5	2	5,0
Computador	4	2,5	2	3,0	2	2,4	0	0,0
Internet	2	1,3	1	1,5	0	0,0	0	0,0
Nenhum	107	66,9	49	73,1	56	67,5	29	72,5

Tabela 14: Bens que facilitam o acesso a comunicação, em posse das famílias, por comuna

Comuna	População > 12 anos	Telefone		Computador		Internet	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Lumbala Nguimbo	583	175	30,0	12	2,1	21	3,6
Ninda	211	34	16,1	5	2,4	6	2,8
Lutembo	311	104	33,4	8	2,6	11	3,5
Luvuei	131	13	9,9	0	0,0	0	0,0

Tabela 15: Uso de tecnologias de informação

Destas tabelas podemos compreender que a maioria da população de Bundas está info-excluída, quando cada vez mais, mesmo os serviços públicos tendem a depender de sistemas com base no acesso à internet (por exemplo, o processo de vacinação para a covid-19 pode ser feito através de agendamento online, o pagamento da Segurança Social implica uma etapa do processo através do portal da Segurança Social ou o acesso a documentos importantes para a participação cidadã, como o OGE, que também é feito através de internet).

Em grupo focal, a questão da dificuldade no acesso à informação foi destacada por vários participantes, que deram conta do quanto se sentem excluídos por não terem acesso a sinal de telefone, televisão ou rádio.



MEIOS DE TRANSPORTE

Quanto aos meios de transporte próprios, a maioria da população das quatro comunas estão desprovidos dos mesmos:

Bens próprios para transporte	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Bicicleta	13	8,1	4	6,0	1	1,2	3	7,5
Motorizada	19	11,9	7	10,4	12	14,5	1	2,5
Carro/carrinha	3	1,9	0	0,0	1	1,2	0	0,0
Camião	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Tractor	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Nenhum	133	83,1	57	85,1	70	84,3	36	90,0

Tabela 16: Acesso a meios de transporte, por comuna

Este quadro permite perceber como, numa zona em que a agricultura é a principal fonte de subsistência das famílias, a não existência de tractores (pessoais ou comunitários) condiciona a capacidade de rentabilizar as terras e a inexistência de camiões é indicador de como as famílias podem ter dificuldade em escoar eventuais produtos excedentes ou produzidos exclusivamente para venda.

Esta questão foi, muitas vezes, reforçada em grupos focais e em entrevistas. A população reclama a construção de estradas que, de tão precárias, além do isolamento a que sujeitam as comunidades, têm bastante influência na gestão do dia-a-dia.

As pessoas identificam diversos problemas causados pelas más vias de acesso: escassez de transporte e com preço elevado, diminuição da margem de lucro dos produtos comercializados (uma boa parte acaba por ser gasto no transporte), pessoas que não conseguem obter intervenção médica a tempo (foram recolhidos vários relatos de doentes que faleceram no caminho, ou que nem conseguiram transporte para tentar chegar ao hospital e de mulheres que morreram em trabalho de parto na sequência de complicações que não tiveram atendimento), aumento da relação da população com a Zâmbia (para muitas comunidades do município, é mais viável alcançar o país vizinho do que os serviços no município, na província ou noutra parte do país).



O assunto foi também abordado de um ponto de vista de investimento público e decisões não participativas. Vários entrevistados referiram ter conhecimento de que está projectada a obra de asfaltagem para um determinado troço, mas consideram ser mais relevante que a obra seja feita no troço que liga à Zâmbia, terminando por afirmar que, na verdade, nenhum deles está a ser feito, mesmo que um deles esteja orçamentado, **“referindo-se ao orçamento previsto para o PIM) os 25 milhões kz é só na boca, na realidade não; passa 3, 4 meses não enviam o dinheiro”** (Administração Municipal); **“E sobre a estrada, também se o governo pensa que a estrada está concluída, ainda não acabou; esta estrada de terra batida que estamos a lutar com os trânsitos nós os taxitas, poeira, tosse, muita poeira na estrada e muitos buracos também.”** (Homens, Lumbala Nguimbo)



MORTALIDADE

Foi questionado sobre o número de óbitos ocorridos, em cada agregado familiar, no último ano, relacionando com a idade da pessoa falecida.

Idade	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	M	F	M	F	M	F	M	F
< 1 ano	4	1	2	0	1	0	--	1
1 - 4 anos	7	1	0	0	1	0	2	--
>= 5 anos	6	7	2	4	4	1	--	2
Não sabe idade	6	4	2	1	1	1	--	--
Total	23	13	6	5	7	2	2	3
Total Óbitos	36		11		9		5	

Tabela 17: Óbitos ocorridos no período de 12 meses antes da data do inquérito por idade e sexo

O número total de óbitos ocorridos no último ano foi de 61, num universo de 350 agregados familiares, correspondentes a 2010 pessoas, ou seja, por cada 1.000 pessoas, faleceram cerca de 30 pessoas no ano anterior à aplicação do inquérito, o que se pode considerar um número elevado.

Os relatos, em grupo focal e entrevistas, levantam questões que podem confirmar estes números, já que a opinião geral é que o acesso aos serviços de saúde é difícil e precário: **“Nosso hospital é grande, a pessoa que está a trabalhar como enfermeira,**

a mesma é que varre o hospital, o hospital é grande não tem luz , o paciente quando vai, se é de noite, tem que ir com a sua lanterna” (jovens, Ninda), **“outra coisa é quando nas grávidas chega as doenças que precisam operação é obrigada a ir ao Luena e com as nossas estradas, que está mal, muitas das mulheres morrem pelo caminho”** (mulheres, Lumbala Nguimbo)

HABITAÇÃO

A secção do inquérito referente à habitação, tentou compreender as condições de habitabilidade, informação importante para inferir sobre a capacidade financeira e as condições de vida de cada agregado familiar.

Assim, para as comunas, quanto ao tipo de habitação, temos:

Tipo de Habitação	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Casa convencional	65	40,6	2	3,0	62	74,7	7	17,5
Cubata	95	59,4	65	97,0	21	25,3	33	82,5
Total	160	100,0	67	100,0	83	100,0	40	100,0

Tabela 18: Tipo de habitação, por agregado e por comuna

Em 3 das comunas, a maioria dos agregados inquiridos vive em cubatas, excepção apenas para Lutembo, em que 74,7% dos inquiridos afirmou viver em casa convencional.

A maior parte dos agregados familiares (em percentagens sempre acima dos 90%, com excepção de Lumbala Nguimbo, com 88%) afirmou residir em casa construída pelo próprio ou pela família.

Foi inquirido sobre os materiais usados na construção das paredes e dos telhados, sendo que:

Material usado na construção das paredes	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cimento/bloco	2	1,3	2	3,0	0	0,0	0	0,0
Adobe	67	41,9	0	0,0	64	77,1	9	22,5
Pau-a-pique	91	56,9	64	95,5	18	21,7	31	77,5
Chapas de zinco	0	0,0	1	1,5	1	1,2	0	0,0
Total	160	100,0	67	100,0	83	100,0	40	100,0

Tabela 19: Material usado na construção de paredes, por comuna





Material usado na construção do telhado	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Chapas de zinco	145	90,6	46	68,7	79	95,2	20	50,0
Telhas	1	0,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Capim	14	8,8	21	31,3	4	4,8	20	50,0
Total	160	100,0	67	100,0	83	100,0	40	100,0

Tabela 20: Material usado na construção de telhado, por comuna

Pela análise das tabelas, podemos compreender que a comuna com melhores condições relativas de habitabilidade é Lutembo, apesar de nenhum agregado familiar inquirido ter referido viver em casa de cimento/bloco.

Foram inquiridos alguns agregados sobre o número de divisões da casa, sendo que a média do número de quartos, por família, é de 2.

CONDIÇÕES SANITÁRIAS

Quanto a informações que permitem aferir sobre o nível sanitário das habitações, temos que:

Local de deposição do lixo	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Queima	14	8,8	6	9,0	6	7,2	6	15,0
Enterra	101	63,1	29	43,3	48	57,8	23	57,5
Junto da casa	12	7,5	4	6,0	0	0,0	0	0,0
Coloca na lavra	0	0,0	1	1,5	2	2,4	0	0,0
Ar livre	33	20,6	27	40,3	27	32,5	11	27,5
Total	160	100,0	67	100,0	83	100,0	40	100,0

Tabela 21: Tratamento do lixo, por comuna

Local para defecar	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sanita	1	0,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Fossa séptica/poço roto	135	84,4	50	74,6	76	91,6	27	67,5
Latrina Seca	6	3,8	0	0,0	1	1,2	1	2,5
Capim/tapando fezes	5	3,1	6	9,0	1	1,2	6	15,0
Capim/sem tapar fezes	13	8,1	11	16,4	5	6,0	6	15,0
Total	160	100,0	67	100,0	83	100,0	40	100,0

Tabela 22: Local usado para defecar, por comuna

Da análise das tabelas, verifica-se que a maioria da população inquirida enterra o lixo, mas que ainda há uma percentagem relevante de pessoas que o despeja ao ar livre. Já quanto ao local usado para defecar, a percentagem de famílias que usa fossa séptica é substancialmente mais elevada do que o uso de outros locais, o que é positivo..

ENERGIA E ÁGUA

Relativamente ao fornecimento e acesso de energia e água, podemos ver, nas tabelas abaixo, que o acesso é precário para a generalidade da população:

Principal fonte de iluminação	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Nenhuma	1	0,6	0	0,0	2	2,4	1	2,5
Energia da rede	2	1,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Candeeiro	4	2,5	2	3,0	0	0,0	0	0,0
Gerador	2	1,3	0	0,0	2	2,4	0	0,0
Vela	1	0,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Fogueira	0	0,0	1	1,5	0	0,0	0	0,0
Lanterna	150	93,8	64	95,5	79	95,2	39	97,5
Total	160	100,0	67	100,0	83	100,0	40	100,0

Tabela 23: Principal fonte de iluminação, por agregado e por comuna

Lanterna (Cassaderque)



Principal fonte de abastecimento de água	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Chafariz público	18	11,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Cacimba protegida	57	35,6	7	10,4	6	7,2	14	35,0
Cacimba desprotegida	50	31,3	28	41,8	58	69,9	22	55,0
Nascente/riacho	16	10,0	9	13,4	1	1,2	0	0,0
Rio	18	11,3	23	34,3	18	21,7	2	5,0
Poço	1	0,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Lagoa	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	5,0
Total	160	100,0	67	100,0	83	100,0	40	100,0

Tabela 24: Fonte de abastecimento de água, por agregado e por comuna

Cacimba desprotegida



De notar que apenas uma parte da população da comuna de Lumbala Nguimbo (ainda que pequena) tem acesso a chafariz público. Destaca-se também que esta situação de precariedade no acesso a água potável é contraditória com a percepção da população de que o município é rico em recursos hídricos, o que gera revolta por parte dos seus habitantes. Estes resultados estão em consonância com os dados obtidos no CENSO 2014, em que a província do Moxico foi identificada como uma das províncias do país em que a população tem menor acesso a água apropriada para consumo.

O tema do acesso a água foi aprofundado através de questões sobre o tempo gasto para acartar água, quantidade acarretada e tipos de tratamentos dados à água para consumo seguro.



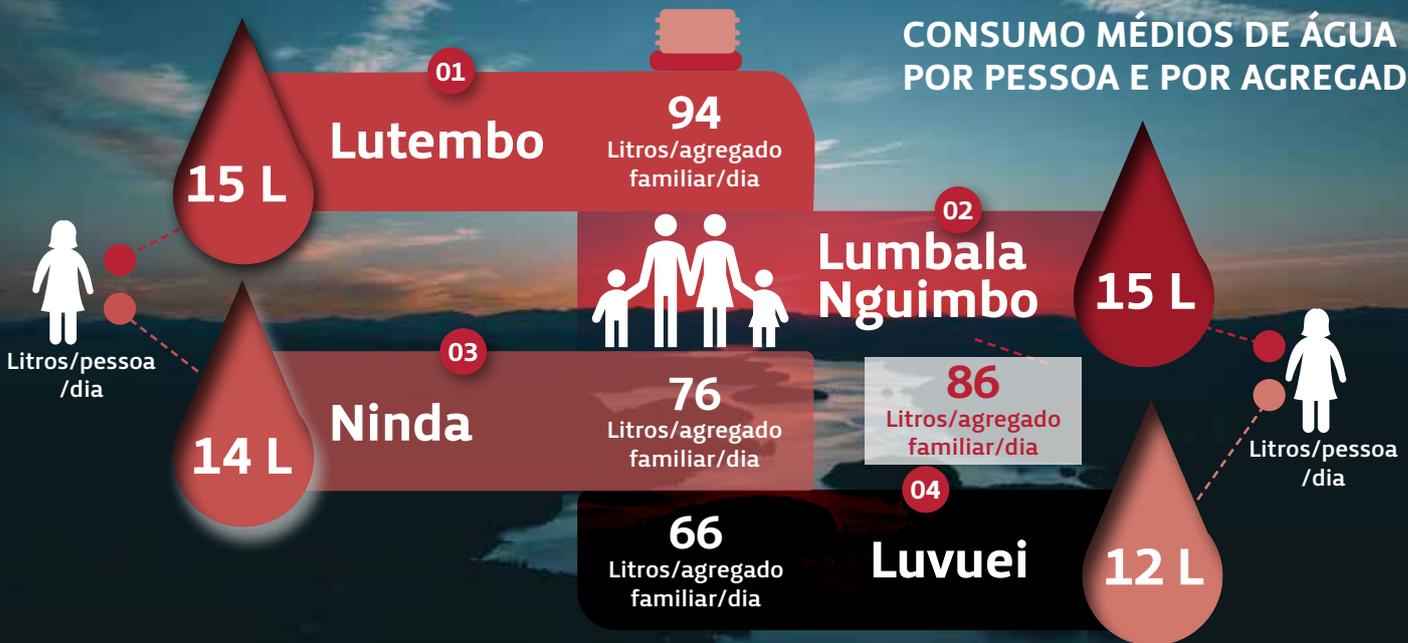
Volume do recipiente usado para acarretar	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Recipientes 5 l	2	1,3	0	0,0	0	0,0	1	2,5
Recipientes 10 l	3	1,9	1	1,5	0	0,0	0	0,0
Recipientes 15 l	2	1,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Recipientes 20 l	145	90,6	65	97,0	83	100,0	39	97,5
Recipientes 25 l	2	1,3	1	1,5	0	0,0	0	0,0
Recipientes 40 l	3	1,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Em casa (cacimba)	3	1,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	160	100,0	67	100,0	83	100,0	40	100,0

Tabela 25: Volume dos recipientes usados para acarretar água, por comuna

Tempo gasto para acarretar água	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos 30 minutos	140	87,5	62	92,5	63	75,9	29	72,5
Entre 30-60 minutos	11	6,9	4	6,0	15	18,1	9	22,5
Entre 1-2 horas	6	3,8	1	1,5	5	6,0	2	5,0
Em casa	3	1,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	160	100,0	67	100,0	83	100,0	40	100,0

Tabela 26: Tempo médio gasto para acarretar água

CONSUMO MÉDIOS DE ÁGUA POR PESSOA E POR AGREGADO



Foi inquirido sobre a quantidade diária de água acartada em cada agregado familiar, o que permitiu calcular o volume de água por agregado e por pessoa, em cada comuna.

Segundo a Organização das Nações Unidas, cada pessoa necessita, para responder às necessidades de consumo e higiene, de 110 litros por dia. Comparando este valor médio, podemos compreender que o acesso à água, no município de Bundas é bastante inferior ao considerado necessário.

Esta realidade é confirmada pela população, que em sede de grupo focal, várias vezes falou das dificuldades no acesso à água, “**temos o programa água para todos, infelizmente não acontece.**” (Administração Municipal), “**vivemos de beber água do rio. Mas é cacimba mesmo cavada à beira do rio, é onde tiramos a água para beber com os nossos filhos. Nós aqui não temos uma fonte**” (Homens, Ninda)

Para compreendermos sobre a qualidade da água consumida, foi perguntado às famílias se tratam a água para beber (como ferver ou adicionar lixívia). Assim, temos que:

Tratamento	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	15	9,4	2	3,0	6	7,2	5	12,5
Não	145	90,6	65	97,0	77	92,8	35	87,5
Total	160	100,0	67	100,0	83	100,0	40	100,0

Tabela 27: Número de agregados familiares que faz e não faz tratamento da água para consumo, por comuna

Desta tabela e da anterior, podemos concluir que o acesso à água, em Bundas, é precário, não só em quantidade como na qualidade.





EDUCAÇÃO

O acesso à Educação e a níveis de ensino mais avançados, são uma forte condicionante no município de Bundas. O inquérito procurou aferir as competências de alfabetização da população.

Segundo os dados recolhidos, a percentagem da população, segundo a idade (em 3 grupos etários: 5 a 14 anos, 15 ou mais anos e pessoas que não sabem a idade) que frequenta ou frequentou a escola é a seguinte:

Comuna	Sexo	Grupos de idade (%)			Total
		5-14 anos	15 + anos	Não sabe	
Lumbala Nguimbo	Masculino	65,7	87,2	55,6	78,2
	Feminino	63,6	74,6	37,5	70,0
	Total	64,7	80,4	47,1	73,9
Ninda	Masculino	55,0	84,5	57,1	70,6
	Feminino	71,4	59,8	12,5	61,6
	Total	62,4	71,9	33,3	66,2
Lutembo	Masculino	65,6	83,8	16,7	74,7
	Feminino	59,8	72,9	0,0	64,2
	Total	62,9	78,6	5,9	69,6
Luvuei	Masculino	47,2	81,0	0,0	68,1
	Feminino	51,2	65,1	20,0	56,2
	Total	49,3	74,3	20,0	62,3

Tabela 28: Taxa de pessoas que frequentam ou frequentaram a escola para a população com mais de 5 anos, por comuna

Pela análise da tabela, podemos observar que a comuna onde menos pessoas tiveram acesso à escola é Luvuei. Outro dado que se destaca é a diferença entre homens e mulheres, sendo que a frequência destas é, em média, 9,8 pontos percentuais mais baixa que a taxa média de frequência dos homens.

Destaca-se também que as taxas de frequência na escola do grupo etário dos 5 aos 14 anos, apesar de corresponder ao maior número de pessoas da amostra e estarem na idade em que, potencialmente, devem frequentar a escola, são menores que as taxas encontradas para o grupo etário seguinte, de onde se pode inferir que as crianças iniciam o percurso escolar mais tarde do que o indicado pelo sistema de Educação nacional.

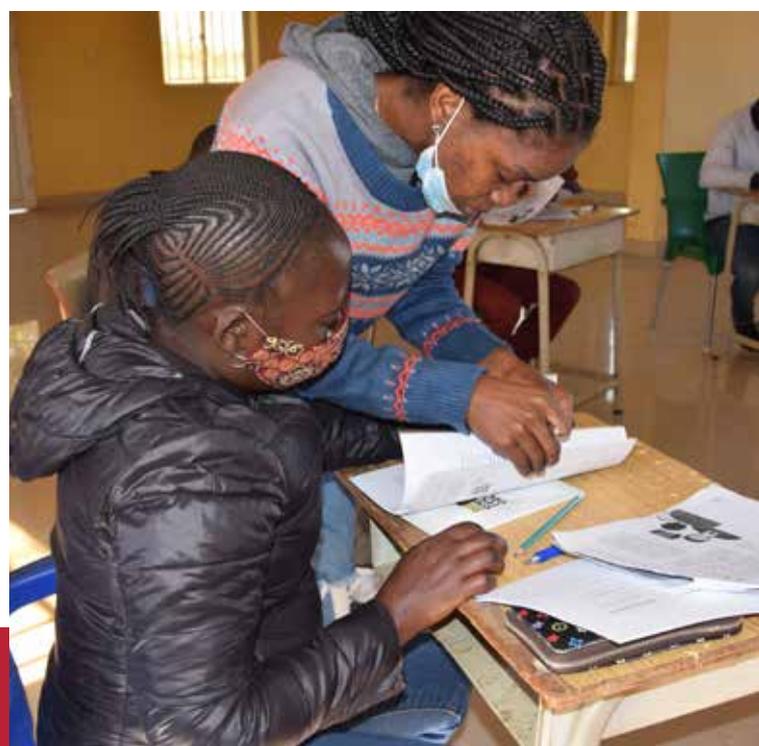
Esta suposição é corroborada pelos dados recolhidos quanto à classe que as crianças dos 5 aos 12 anos frequentam ou frequentaram, encontrando-se a maioria delas em situação de atraso escolar. A sub-amostra correspondente a esta faixa etária e que frequenta ou frequentou a escola refere-se a um total de 307 crianças. Destas, apenas 20 estão em situação de não atraso escolar. Por exemplo, na classe de iniciação, encontramos um total de 148 crianças, das quais apenas 12 têm 5 anos, a idade correcta para frequentar esta classe.

Nos grupos focais das diferentes comunas, a questão da Educação foi referida por mulheres, homens e jovens. Todos reconhecem a falta de oportunidades nesta área, descrevendo diversas situações que condicionam não só o acesso como a qualidade. Foi referida a falta de professores, as turmas com excesso de alunos, a falta de equipamentos em algumas localidades e a falta de condições para que os professores colocados no município permaneçam durante todo o ano lectivo. Por outro lado, há um certo desalento que questiona o investimento na Educação para, no final, não ter oportunidades de emprego.

Comuna	Sexo	Sabe ler		Sabe escrever	
		Nº	%	Nº	%
Lumbala Nguimbo	Masculino	170	89,0	164	85,9
	Feminino	147	77,0	140	73,3
	Total	317	83,0	304	79,6
Ninda	Masculino	58	81,7	57	80,3
	Feminino	34	65,4	34	65,4
	Total	92	74,8	91	74,0
Lutembo	Masculino	97	89,0	97	89,0
	Feminino	62	69,7	62	69,7
	Total	159	80,3	159	80,3
Luvuei	Masculino	43	91,5	43	91,5
	Feminino	19	67,9	19	67,9
	Total	62	82,7	62	82,7

Tabela 29: População de 15 anos ou mais que sabe ler e escrever

Segundo o CENSO de 2014, a taxa nacional de alfabetismo era de 66%, com uma diferença acentuada entre homens e mulheres, em desfavor destas últimas. No município de Bundas, e para a amostra seleccionada, encontramos percentagens de pessoas que sabem ler e sabem escrever acima da média nacional (CENSO 2014), mas continuam a observar-se diferenças de género no acesso à Educação.





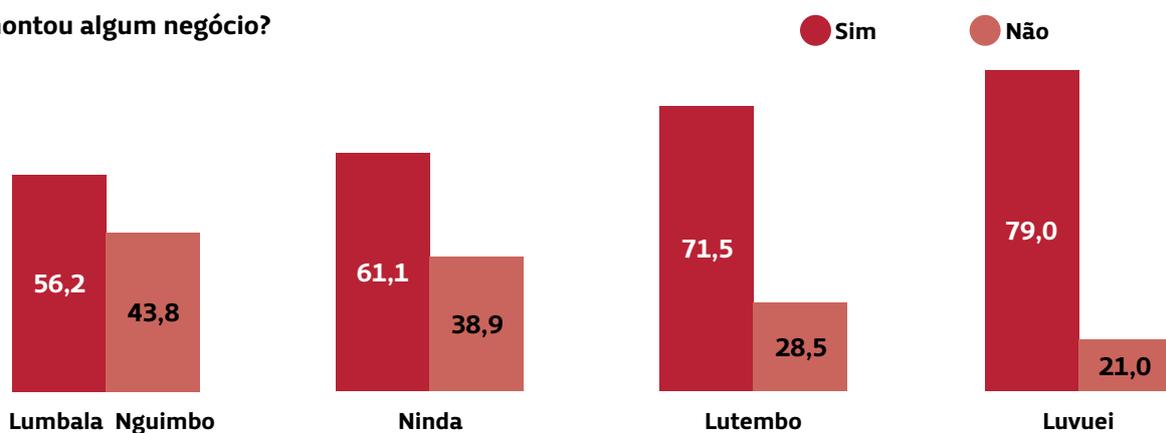
EMPODERAMENTO

Nesta secção tentamos compreender o nível de empoderamento da comunidade e o nível de empoderamento por género. Para tal, foram avaliados os dados relativos à participação na vida comunitária (através da participação em associações – formais ou informais), à capacidade de obter rendimento através de negócios, à sustentabilidade financeira e social dos agregados e o acesso a recursos.

CRIAÇÃO DE PEQUENOS NEGÓCIOS

Numa primeira abordagem, fez-se o levantamento, entre os respondentes com mais de 15 anos, que já tinham montado um negócio:

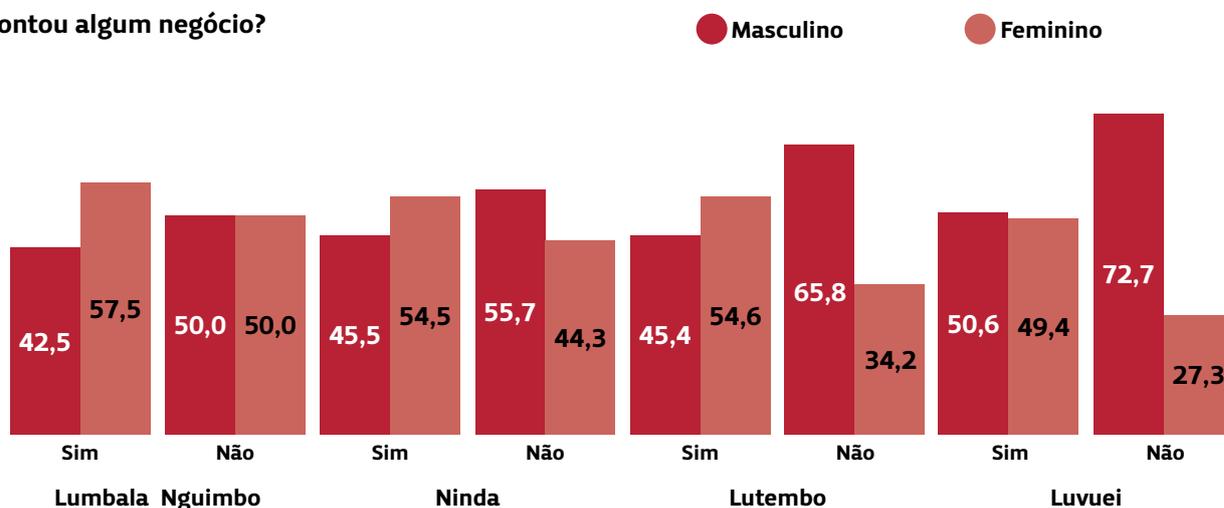
Já montou algum negócio?



Pela análise do gráfico, podemos verificar que a maioria das pessoas em idade activa já montou ou tentou montar algum tipo de negócio. Estas tentativas reflectem a falta de oportunidades de emprego por conta de outrem ou na função pública, que nos grupos focais revela serem as únicas formas percebidas como “**emprego**”, mas ao mesmo tempo a capacidade empreendedora da população e que pode ser uma oportunidade no trabalho com as comunidades. Além das oportunidades diminutas, também se cruza com os dados relativos à escolarização da população, que já vimos, na secção sobre Educação, é baixa.

Relativamente à tentativa de montar um negócio, destacamos, na seguinte figura, a desagregação da amostra de respondentes com 15 anos ou mais, por sexo.

Já montou algum negócio?



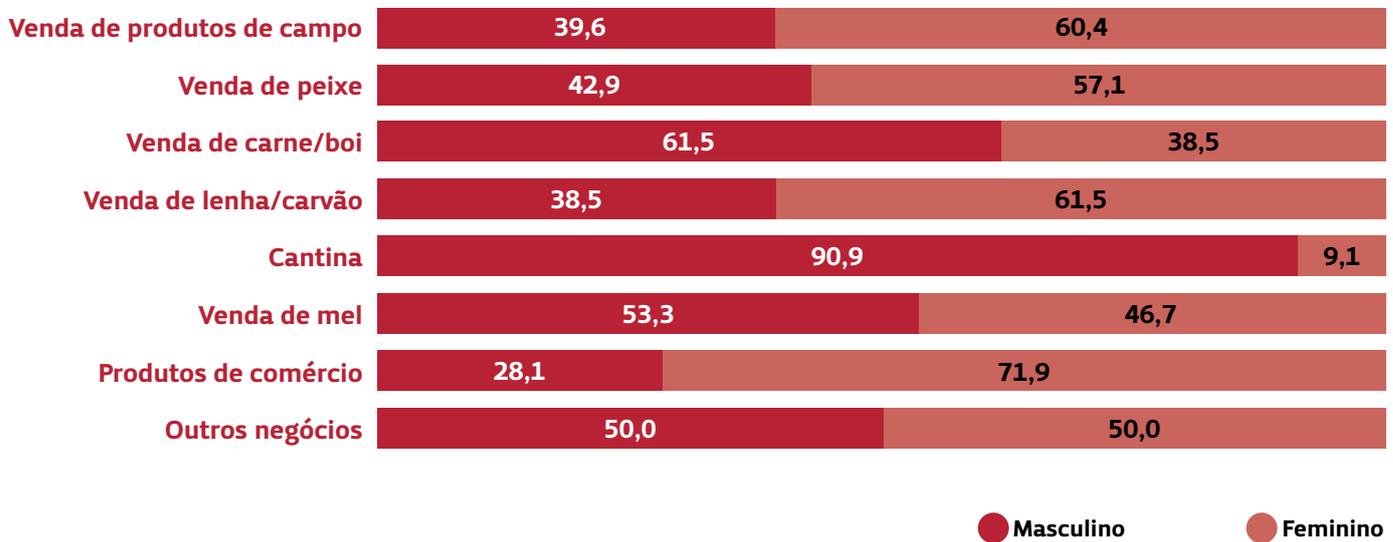
Verifica-se que, em 3 das comunas, foram mais mulheres do que homens que tentaram uma melhoria das condições de vida através da criação de um negócio, maioritariamente no sector informal, o que coincide com os dados nacionais de que há mais mulheres do que homens neste sector da economia.

Quanto ao tipo de negócios, por comuna, os dados recolhidos apontam que, para todas as comunas, a venda de produtos do campo é a área de negócio mais vezes escolhida para iniciar uma actividade económica.

A venda de mel foi inexpressiva, na amostra analisada, tendo-se apenas contabilizado 10 pessoas na comuna de Lumbala Nguimbo e 1

em Ninda. Este dado é confirmado pelos dados recolhidos em grupos focais. A população reconhece a importância do mel e os seus benefícios, mas são unânimes em afirmar que o mel é cada vez mais difícil de encontrar e exige deslocções muito grandes. Relacionam este facto com a desflorestação: “**A exploração de madeira tem impacto negativo no povo dos Bundas, (...) as empresas usaram produtos para eliminar as abelhas, houve um tempo que o mel estava difícil.**”, afirmou um funcionário público, chefe do seu serviço, que preferiu não se identificar.

Tipos de Negócios por género



Da análise do gráfico, podemos verificar que os negócios que podem implicar um investimento inicial mais alto (mas também potencialmente com maior lucro), são mais vezes montados por homens (como a abertura de uma cantina) e a divisão por género do trabalho, já que há actividades socialmente reservadas mais para homens e outras para mulheres (a venda do mel é mais feita por homens e os produtos do campo mais vezes por mulheres, especialmente na modalidade de zunga ou de banca em praça ou pracinha).

Nos grupos focais, os participantes descreveram os tipos de actividades geradoras de rendimento, destacando a agricultura, o carvão e a pesca. Para além dos números recolhidos em inquéritos, importa compreender em que condições as pessoas têm acesso a exercer essas actividades. No caso da agricultura, a população apresenta queixas sobre a dificuldade em escoar produtos e falta de acesso a ferramentas agrícolas: **“Fazemos tudo na mão, é muito trabalho”** (Mulheres, Ninda). Já na pesca, o acesso ao rio é através de pagamento ao Soba, que concede autorização para pescar. Esse pagamento é fixo e independente da quantidade pescada. Para a caça, também é necessário pagar uma multa ao Soba, mas neste caso a multa é uma peça de caça. Para os caçadores, a maior dificuldade são os agentes da Polícia, que apreendem o produto da caça em benefício próprio.

Mas o negócio de carne não se faz apenas de caça, mas também de criação, sendo, claramente, um negócio com divisão de género, já que, tradicionalmente, são os homens que gerem e decidem sobre as cabeças de gado que estão na posse da família.





Na seguinte tabela podemos ver, desagregado por comuna e por sexo, qual a participação na criação de animais de pequeno, médio e grande porte:

Animais	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	M	F	M	F	M	F	M	F
Galinhas	59	60	40	35	54	56	14	8
Porcos	23	26	3	2	15	16	6	2
Cabritos	11	12	4	3	11	6	4	3
Outros (bois, ovelhas, patos)	3	2	5	2	1	1	0	0

Tabela 30: Criação de animais domésticos

Para as pessoas que responderam que, pelo menos uma vez, já venderam alguma coisa (o que não pressupõem que consideram que tenham montado um negócio de venda), foi inquirido que tipo de produto venderam:

Comuna	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Da sua lavra	228	46,6	88	48,9	182	71,1	82	78,1
Da lavra de outrem	13	2,7	6	3,3	16	6,3	1	1,0
Frutos silvestres	18	3,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Mel	21	4,3	5	2,8	16	6,3	8	7,6
Animais de caça	18	3,7	19	10,6	16	6,3	5	4,8

Tabela 31: Fonte e tipo de produtos

O que mais se destaca é a prevalência de pessoas que venderam produtos da sua própria lavra, havendo, para os outros tipos de produtos, diferenças não relevantes entre comunas, com exceção da venda de frutos silvestres, apenas presente na comuna de Lumbala Nguimbo.

SITUAÇÃO LABORAL

Quanto ao item sobre se as pessoas estavam a trabalhar, à data do inquérito, por comuna e por sexo, os resultados estão espelhados na seguinte tabela:

Comuna	Trabalha	Masculino		Feminino		Total
		Nº	%	Nº	%	
Lumbala Nguimbo	Sim	175	35,8	196	40,1	371
	Não	49	10,0	69	14,1	118
	Subtotal	224	45,8	265	54,2	489
Ninda	Sim	77	42,8	84	46,7	161
	Não	12	6,7	7	3,9	19
	Subtotal	89	49,4	91	50,6	180
Lutembo	Sim	115	44,9	114	44,5	229
	Não	16	6,3	11	4,3	27
	Subtotal	131	51,2	125	48,8	256
Luvuei	Sim	52	49,5	45	42,9	97
	Não	6	5,7	2	1,9	8
	Subtotal	58	55,2	47	44,8	105

Tabela 32: Pessoas que trabalham, por comuna e por sexo

Nesta tabela, cada comuna pode ser analisada isoladamente, percebendo-se a percentagem de homens e mulheres que trabalham ou não. Em cada comuna, as percentagens de pessoas que trabalham é sempre maior do que a percentagem de pessoas que não trabalham, havendo um equilíbrio global entre os géneros.

Para a subamostra das pessoas que declararam trabalhar à data do inquérito, foi questionado o sector de trabalho. Na tabela seguinte podemos analisar por sector de trabalho, a percentagem de pessoas, por sexo, que trabalha em cada um deles, desagregado por comunas:



Comuna	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Conta própria na agricultura	18,91	22,51	9,20	9,58	14,05	13,93	6,34	5,47	804
Conta própria noutro sector	21,18	17,2	15,76	10,84	16,75	12,32	4,43	1,48	203
Assalariado na agricultura	11,3	11,3	8,3	10,5	21,8	12,0	8,3	16,54	133
Assalariado noutro sector	47,1	24,3	12,9	5,7	7,1	1,4	1,4	0,00	70

Tabela 33: % de pessoas que trabalham, por sector, desagregadas por sexo e por comuna

Por observação da tabela, podemos compreender que a maioria da população trabalha por conta própria na agricultura e que o número de assalariados, mesmo somando os que trabalham na agricultura com outros sectores, é menor, o que pode dar indicação de instabilidade financeira por parte das famílias. Destaca-se também que há mais homens assalariados que mulheres.

PRECARIEDADE NO TRABALHO POR CONTA DE OUTREM

Para percebermos a situação dos trabalhadores assalariados por conta de outrem, foi questionado se recebem algo (em dinheiro ou em espécie) e se estão inscritos na Segurança Social.

Para os assalariados no sector da agricultura, temos:

Salário/Inscrição INSS	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	M	F	M	F	M	F	M	F
Recebe algo	11	12	8	12	28	16	11	11
Inscrito INSS	1	1	0	0	2	0	0	0

Tabela 34: Assalariados na agricultura que recebem algo ou que estão inscritos no INSS

Para os assalariados em outros sectores:

Salário/Inscrição INSS	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	M	F	M	F	M	F	M	F
Recebe algo	32	16	9	4	5	1	1	0
Inscrito INSS	6	2	2	0	2	0	0	0

Tabela 35: Assalariados em outros sectores que recebem algo ou estão inscritos no INSS

O que mais se destaca é o número diminuto de pessoas que estão inscritas no INSS, o que revela o alto nível de insegurança social das famílias do município. Por outro lado, da análise cruzada do número de pessoas que trabalha por conta de outrem com o número de pessoas que efectivamente recebe algo em troca, verificamos que nem todas as pessoas que declararam trabalhar por conta de outrem estão a obter rendimento pelo seu trabalho (quer em dinheiro, quer em espécie).

#	Pessoas assalariadas	Pessoas que recebem algo	Diferença
Sector da agricultura	133	109	-24
Outros sectores	70	68	-2

Tabela 36: Pessoas assalariadas vs pessoas que recebem algo

Se fizermos esta análise desagregada por sexo, temos que:

#	Pessoas assalariadas		Pessoas que recebem algo		Diferença	
	M	F	M	F	M	F
Sector da agricultura	66	67	58	51	-8	-16
Outros sectores	48	22	47	21	-1	-1

Tabela 37: Pessoas assalariadas vs pessoas que recebem, desagregado por sexo



A tabela revela que, no sector da agricultura, mais vezes são as mulheres que trabalham por conta de outrem sem auferir qualquer tipo de rendimento.

Os participantes dos grupos focais destacaram os baixos níveis salariais praticados na zona, dando exemplos concretos relacionados ao trabalho nas empresas de exploração de madeira: **“Aí eram muitos jovens sem matabichar, cortamos os paus, serrar, fomos contratados quando tivesse madeira, quase que você fica tipo escravo, se você não tiver cuidado o teu dedo baza, a madeira tem muito peso, durante 3 dias pagavam 2000kz, se o camião encher, se não encher, não te dão os 2mil, apenas 1000,00 a 1.500,00 kz.”** (Jovens, Lumbala Nguimbo)

PARTICIPAÇÃO EM ACTIVIDADES DE PRODUÇÃO PARA OBTER RENDIMENTO

Procurou-se saber, junto da amostra seleccionada, em que tipo de actividades de produção já tinham participado com o objectivo de obter rendimento.

Os dados recolhidos mostram que a actividade mais vezes realizada é a produção de cereais e tubérculos, seguida de produtos hortícolas. Apesar da província do Moxico ser conhecida pela produção de mel, esta actividade não parece ser expressiva no município de Bundas.

Tipo de produção	M	F	Total
Cereais /tubérculos	338	369	707
Hortícolas	73	85	158
Mel	37	19	56
Silvicultura	4	5	9
Carvão	43	47	90
Pesca	49	47	96
Fruticultura	12	12	24

Tabela 38: Participação em actividades para obter rendimento, por sexo

ACESSO A BANCO E EMPRÉSTIMO

Para aferir algumas competências da gestão financeira, foi inquirido sobre a posse de conta bancária e se já alguma vez tinha pedido dinheiro emprestado.

Os dados apontam para:

Tem conta bancária?	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	54	64,3	15	75,0	10	62,5	6	85,71
Feminino	30	35,7	5	25,0	6	37,5	1	14,29
Total	160	100	67	100	83	100	40	100

Tabela 39: Número de pessoas que tem conta bancária, por comuna e por sexo

Na tabela podemos verificar que um número reduzido da amostra afirma ter conta bancária, sendo sempre, para qualquer comuna, maior a prevalência de homens que têm conta bancária. O acesso a bancos e multicaixas é extremamente restrito no município, havendo apenas um banco representado e com uma única agência para todo o município, localizada na comuna de Lumbala Nguimbo.

Já quanto à necessidade de contrair empréstimos, verificou-se que:

Pede dinheiro emprestado?	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	7	38,9	5	55,6	8	50,0	1	50,00
Feminino	11	61,1	4	44,4	8	50,0	1	50,00
Total	18	100,0	9	100,0	16	100,0	2	100,00

Tabela 40: Número de pessoas que contraiu empréstimo, por comuna e por sexo

A tabela mostra que o número de pessoas que já recorreu a empréstimo corresponde a uma subamostra pouco relevante e não parece haver diferença de género quanto à capacidade de obter um empréstimo. Destaca-se que, mesmo sendo um número reduzido de pessoas, é nas duas comunas com mais movimento e maior acesso a serviços que mais pessoas recorreram a empréstimos.

O inquérito não aferiu a ordem de grandeza dos empréstimos contraídos, o recurso para a obtenção do empréstimo nem as razões que levaram a fazer o pedido.





SEGURANÇA ALIMENTAR

Nesta secção, trataremos dos indicadores que permitem ter percepção sobre a segurança alimentar dos agregados familiares.

TERRA

Tendo em conta que a maioria da população se dedica ao trabalho do campo, não tanto para obtenção de rendimento através da venda dos produtos, mas mais como meio de subsistência alimentar da família, foi inquirido sobre o tamanho da terra:

Tamanho da terra	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sem terra	11	6,9	6	9,0	1	1,2	1	2,5
Menos de 1 hectare	16	10,0	11	16,4	6	7,2	3	7,5
De 1 a 2 hectares	63	39,4	32	47,8	32	38,6	13	32,5
De 3 a 5 hectares	41	25,6	16	23,9	21	25,3	9	22,5
Mais de 5 hectares	28	17,5	2	3,0	23	27,7	14	35,0
Não sabe	1	0,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	160	100	67	100	83	100	40	100

Tabela 41: Tamanho da terra para produção agrícola, por agregado e por comuna

Da análise da tabela, podemos perceber que a maioria dos agregados familiares tem acesso a boas superfícies de terra para as suas lavras e que, dos 350 agregados inquiridos, apenas 19 declararam não ter acesso a terra, com maior concentração na comuna de Lumbala Nguimbo.

No entanto, foram registadas vozes que fazem uma análise dos acontecimentos actuais, com a cedência de grandes extensões de terra a privados: **“No Luvuei daqui a 2 - 3 anos não terá lugar para se cultivar. Os senhores da fazenda também vêm com documentos assinados e autorizados do Governo e ocupam muitos hectares de terra da população, pedem 50 a 150 hectares e é muito. Onde é que a população vai cultivar?”** (Administração Municipal), o que pode dar pistas de trabalho com as comunidades, na defesa dos seus direitos.

Em termos do acesso à terra, as pessoas inquiridas explicaram a forma como tinham obtido as suas lavras:

Formas de obtenção de Terra	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Atribuída pelo Soba	93	62,4	42	68,9	57	69,5	30	76,9
Comprada	22	14,8	1	1,6	2	2,4	2	5,1
Herdada	5	3,4	2	3,3	1	1,2	0	0,0
Ocupada de facto	4	2,7	11	18,0	9	11,0	3	7,7
Cedida/familiares	24	16,1	5	8,2	13	15,9	4	10,3
Não sabe	1	0,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	149	100,0	61	100,0	82	100,0	39	100,0

Tabela 42: Formas de obtenção de Terra, por comuna

Da tabela, destaca-se que a maioria das parcelas de terra continua a ser atribuída pelo poder tradicional. De outros territórios estudados anteriormente pelo Mosaiko, em pesquisas sobre o Acesso à Justiça, este pode ser um indicador de que a maioria das famílias poderá não ter documentos que comprovem a posse de terra, o que as deixa em situação de vulnerabilidade.

A capacidade para comprar terra parece ser relevante apenas na comuna de Lumbala Nguimbo.

Foi questionado sobre os benefícios económicos da terra e, para as 4 comunas, mais de 90% dos inquiridos respondeu que o benefício principal é porque pode ser herdada, com poucos respondentes a considerarem um bem passível de venda ou usada como crédito em empréstimos. Esta valorização da terra como bem que se pode deixar em herança está ligada às tradições e traz condicionamentos na passagem de pai para filhos, já que a herança, por tradição, é deixada aos sobrinhos, filhos da irmã do falecido.

Sobre quem trabalhou a terra, as respostas distribuíram-se da seguinte forma:

Quem trabalhou a terra	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Dono da lavra	35	21,9	18	29,5	12	14,5	7	17,5
Marido	89	55,6	39	63,9	62	74,7	29	72,5
Esposa	96	60,0	44	65,7	66	79,5	31	79,5
Filhos	77	48,1	34	50,7	48	57,8	19	47,5
Outros familiares	14	8,8	4	6,0	8	9,6	3	7,5
Trabalhadores	33	22,1	7	10,4	7	8,4	20	50,0

Tabela 43: Quem trabalhou a terra, desagregado por comuna

Destaca-se que, em todas as comunas, quem mais vezes é o responsável por trabalhar a lavra da família é a esposa, ou seja, a segurança alimentar das famílias é, maioritariamente, garantida através do trabalho das mulheres.

ANIMAIS

O número de agregados familiares que possui animais de tracção é diminuto, como se pode avaliar na seguinte tabela:



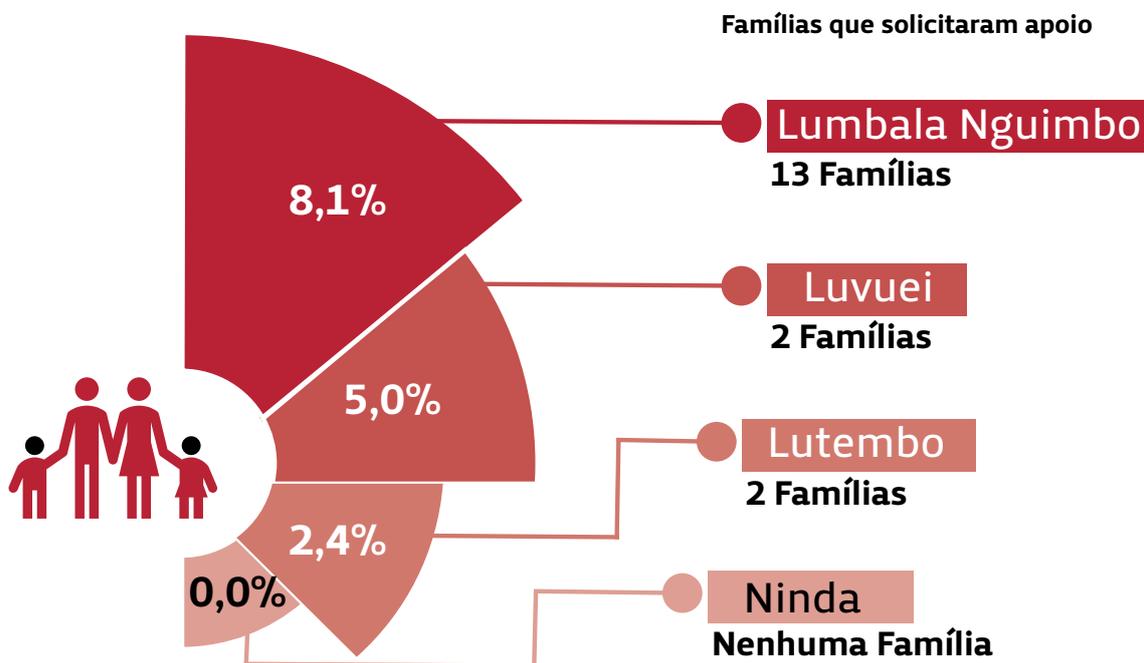
Comunas	Nº Famílias	%
Lumbala Nguimbo	5	3,1
Ninda	2	3,0
Lutembo	7	8,4
Luvuei	0	0,0

Tabela 44: Número e percentagem de agregados familiares que possuem animais de tracção

Este reduzido número de animais de tracção é indicador da dificuldade das famílias em lavrar toda a extensão de terra e do não aproveitamento do potencial de produção das terras.

ENTIDADES DE RECURSO PARA AS FAMÍLIAS

O número de famílias que declarou ter solicitado algum tipo de ajuda no último ano foi o seguinte:



Tendo em conta que o inquérito foi feito em contexto de pandemia, que agravou as condições sociais no país, podemos considerar que o número de famílias que solicitou apoio é baixo. A estas famílias foi questionado o tipo de apoio solicitado, sendo que se verificou que 15 famílias solicitaram apoio em comida, 2 famílias em roupa e outras 2 solicitaram empréstimo agrícola.

No entanto, estes dados não são corroborados pelos relatos dos grupos focais, já que os participantes reclamavam por apoio do Estado e das Igrejas, em pedidos transversais a todos os grupos focais, descrevendo até situações em que foi distribuída comida, alegadamente só para algumas famílias “*escolhidas*”.

Para as famílias que pediram apoio, as entidades de recurso foram:

Entidade	Número de famílias que pediu apoio
Estado	1
Igreja	5
Família	10
Vizinhos	1

Tabela 45: Entidades de recurso para as famílias

Podemos perceber facilmente que a família é a entidade que mais vezes é chamada para dar apoio em situações de carência. A relação com o Estado é de descrença e sentimento generalizado de abandono à população, havendo desconfiança por parte das comunidades sobre as instituições e o que verbalizam como **“toda a hora promessas, mas nunca vemos nada”**.

FONTES DE ALIMENTOS PARA A FAMÍLIA

As fontes de alimentos para o agregado familiar permitem uma aproximação, juntamente com outros indicadores, para compreender a situação de segurança alimentar das famílias.

O inquérito procurou saber as fontes de alimentos de cada uma das 350 famílias da amostra e os resultados foram os seguintes:

Fonte	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Produção da lavra	146	91,3	64	95,5	82	98,8	39	97,5
Compra a comida	133	83,1	56	83,6	74	89,2	36	90,0
Troca produtos	65	40,6	34	50,7	62	74,7	34	85,0
Ofertas família/vizinhos	23	14,4	7	10,4	14	16,9	4	10,0

Tabela 46: Fontes de alimentos das famílias, por comuna

Da análise dos resultados, verifica-se que, em todas as comunas, a maioria dos agregados tem possibilidade de produzir uma parte dos bens alimentares que consome, sendo também que uma parte relevante desses agregados tem também capacidade para comprar bens alimentares que não produz. A troca de produtos é também uma realidade, especialmente nas comunas de Lutembo e Luvuei. A menor percentagem vai para agregados que declararam que, uma das fontes de obtenção de alimentos (mas não necessariamente exclusiva) é a oferta por parte de amigos e familiares.





PREOCUPAÇÃO COM FALTA DE ALIMENTOS

Para tentarmos aferir a forma como as famílias encaram o quotidiano, no que se refere à alimentação, e compreender se a preocupação com o acesso a alimentos é uma condicionante forte no dia-a-dia das mesmas, foi questionado sobre quantas vezes sentem ou sentiram no último ano, preocupação com as refeições seguintes:

Preocupação/ comida	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Nenhuma	39	24,4	13	19,4	26	31,3	8	20,0
Poucas vezes	67	41,9	28	41,8	38	45,8	14	35,0
Muitas vezes	52	32,5	25	37,3	17	20,5	16	40,0
Aconteceu/ regularidade	2	1,3	1	1,5	2	2,4	2	5,0
Total	160	100,0	67	100,0	83	100,0	40	100,0

Tabela 47: Sentimento de preocupação no acesso a alimentos, por comuna

Nesta tabela, podemos verificar que, para as 4 comunas, a fatia maior dos agregados foi a que se situou em ter tido preocupação com a obtenção de alimentos “**poucas vezes**”, seguindo-se as famílias que declararam que tiveram preocupação relacionada a alimentos “**muitas vezes**”. Estes dois grupos, com excepção de Lutembo, representam sempre uma parcela acima de 75% da amostra. Como contraponto, o número de agregados que refere que é uma preocupação regular é diminuto e a percentagem de famílias que declara nunca ter sentido preocupação com a comida é relevante (de 19,4% em Ninda a 31,3% em Lutembo).



ALTERAÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES

Para além do acesso a alimentos, é importante compreender se as famílias sentiram necessidade de alterar os seus hábitos alimentares, já que este facto nos pode ajudar a compreender se, apesar das famílias terem acesso a alimentos, estes são os correspondentes aos alimentos de sua preferência.

Mudou ou trocou comida?	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Nenhuma	39	24,4	13	19,4	26	31,3	8	20,0
Poucas vezes	67	41,9	28	41,8	38	45,8	14	35,0
Muitas vezes	52	32,5	25	37,3	17	20,5	16	40,0
Aconteceu/regularidade	2	1,3	1	1,5	2	2,4	2	5,0
Total	160	100,0	67	100,0	83	100,0	40	100,0

Tabela 48: Agregados que trocaram ou mudaram a sua dieta alimentar, por comuna

A tabela revela que o conjunto dos agregados que referiu que trocou ou mudou de comida habitual “**poucas vezes**” e “**muitas vezes**”, corresponde à maioria dos agregados. No entanto, uma percentagem relevante, considerou que nunca teve essa necessidade.

REDUÇÃO DE NÚMERO DE REFEIÇÕES DO AGREGADO

Outro dado importante para compreender a situação das famílias, quanto à segurança alimentar, é dado pela informação sobre a necessidade que as famílias tiveram, no último ano, de reduzir o número de refeições habituais.

Assim, podemos observar que:

Reduziu o número de refeições?	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Nenhuma	39	24,4	19	28,4	34	41,0	10	25,0
Poucas vezes	67	41,9	27	40,3	31	37,3	11	27,5
Muitas vezes	48	30,0	20	29,9	16	19,3	17	42,5
Aconteceu/regularidade	6	3,8	1	1,5	2	2,4	2	5,0
Total	160	100,0	67	100,0	83	100,0	40	100,0

Tabela 49: Agregados familiares que reduziram o número de refeições, por comuna

Podemos observar que, em todas as comunas, pelo menos metade dos agregados respondeu que nenhuma ou poucas vezes teve necessidade reduzir o número de refeições. No entanto, se somarmos os agregados que reduziram poucas vezes e o que reduziram muitas vezes, percebemos que esse conjunto corresponde ao número mais elevado de agregados, para as 4 comunas.

Do conjunto dos dados obtidos, podemos considerar que os agregados familiares de Bundas não parecem estar em situação generalizada de insegurança alimentar. Mas tendo em conta a forte dependência dos produtos agrícolas, as alterações climáticas poderão ter uma enorme influência negativa na capacidade de auto-sustentabilidade das famílias já que também se recolheram dados que reflectem a percepção das famílias de que a seca tem vindo a ser um problema nesta zona.



ACESSO À JUSTIÇA

O acesso à justiça tem sido um foco de interesse do Mosaiko e matéria de estudo em diversas pesquisas sociais. Este tema é de particular relevância porque o Acesso à Justiça é o garante de que outros direitos se podem efectivar. Uma comunidade capaz de resolver os seus problemas ou recorrer a terceiros para os resolver é uma comunidade capaz de lutar pelos seus Direitos.

Assim, foi elaborada uma secção do inquérito que permitiu compreender como é a situação do acesso à Justiça, no município de Bundas.

Foi inquirido sobre se aconteceram situações de conflito na família e na comunidade.

Quanto à ocorrência de conflitos na família:

Conflito na família	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	23	14,4	7	10,4	19	22,9	2	5,0
Não	135	84,4	60	89,6	64	77,1	38	95,0
Não sabe	2	1,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	160	100	67	100	83	100	40	100

Tabela 50: Ocorrência de conflitos na família, por comuna

E na comunidade:

Conflito na comunidade	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	58	36,3	27	40,3	39	47,0	11	27,5
Não	70	43,8	31	46,3	31	37,3	22	55,0
Não sabe	32	20,0	9	13,4	13	15,7	7	17,5
Total	160	100,0	67	100,0	83	100,0	40	100,0

Tabela 51: Ocorrência de conflitos na comunidade, por comuna

Pela análise das tabelas anteriores, podemos ver que as famílias parecem, mais vezes, estar envolvidas em conflitos no seio da comunidade do que no seio familiar. Estes dados podem estar enviesados pela dificuldade das famílias em assumir publicamente conflitos internos. A comunidade de Lutembo, tanto para os conflitos familiares como na comunidade, é a que declarou mais ocorrências.

ENTIDADES DE RECURSO

Em situações de conflito, uma das maiores debilidades, é quando os envolvidos não conseguem resolver o conflito nem têm entidades de recurso para se alcançar uma solução justa. Assim, para os agregados que estiveram envolvidos em conflitos, foi questionado sobre se recorreram e a quem.

Nas situações de conflitos dentro da família, na busca de soluções, as pessoas recorrem a:

Onde recorreram	Lumbala Nguimbo	Ninda	Lutembo	Luvuei
	Nº	Nº	Nº	Nº
Não recorreram		1	1	
Tribunal	1			
Familiares	6	1	7	
Polícia	7	2	4	1
Soba	15	3	9	1
Igreja	2			
OMA				
Outra/Quimbanda			1	

Tabela 52: Entidade de recurso em caso de conflito na família

Nas situações de conflitos na comunidade, as entidades de recurso foram:

Onde recorreram	Lumbala Nguimbo	Ninda	Lutembo	Luvuei
	Nº	Nº	Nº	Nº
Não recorreram				
Tribunal	1			
Familiares	5	4	2	1
Polícia	20	15	33	2
Soba	49	23	38	10
Igreja	13			
OMA				
Rei/Regedor	1	1	1	

Tabela 53: Entidade de recurso em caso de conflito na comunidade

De sublinhar que estes dados correspondem a uma subamostra pequena (23 agregados para as situações familiares e 58 para conflitos na comunidade), já que esta questão foi apenas colocada aos agregados familiares que declararam terem estado envolvidos em alguma situação de conflito.

Da análise das tabelas, podemos compreender que, tanto em conflitos na família como na comunidade, as entidades que mais vezes são recurso são a Polícia e as Autoridades Tradicionais (Soba). Estes dados divergem dos dados obtidos noutras zonas geográficas do país (em estudos anteriores feitos

pelo Mosaiko), que indicam a família como um dos principais recursos na resolução de conflitos, especialmente nos conflitos familiares (gravidez precoce, herança, violência doméstica e outros).

Por outro lado, também se destaca que, para os problemas ocorridos na comunidade, todas as famílias que declararam ter estado envolvidas nesse tipo de conflito, apresentaram a situação a uma entidade de recurso, o que também diverge de pesquisas realizadas noutras áreas, onde a maioria das pessoas envolvidas em conflitos assume não ter recorrido a ninguém nem a nenhuma entidade. Mesmo para os conflitos nas famílias, o número

de respondentes que não recorreu a ninguém, é diminuto, comparado com resultados de outras pesquisas (ver estudos APAJ Mosaiko e pesquisa Género e Políticas Públicas).

As Igrejas parecem não ter um papel importante na resolução de conflitos, com excepção da comuna de Lumbala Nguimbo.

A OMA, que em outras zonas do país é referenciada como recurso, especialmente para situações de Fuga à Paternidade, neste município não parece ser considerada como catalisadora de soluções.

Nos grupos focais, os participantes revelaram ter uma percepção clara do tipo de conflitos que, segundo as comunidades, devem ser levados ao poder tradicional e os que devem ser levados à Polícia. Situações de adultério, feitiçaria ou terras, consideram ser assunto para o Soba. Já os conflitos de roubo (especialmente se houver feridos), devem ser entregues à Polícia. Sobre o trabalho dos agentes, as pessoas reclamam por melhor serviço, pois consideram que os agentes confiscam valores ou mercadoria da população e que **“outro problema aqui, muitos dos polícias fazem 20 anos aqui e aquilo ficou amizade com os gatunos, eles não demoram na cadeia, faz só um dia e sai fora, deveria se mudar constantemente os agentes”** (Autoridade Tradicional).

INSTITUIÇÕES FORMAIS

Foi questionado a cada agregado, se havia Posto de Polícia e Tribunal na sua comuna, de modo a compreender a relação da população com as instituições formais de Justiça e sobre o seu conhecimento das instituições. Não existe tribunal no Município de Bundas e existe posto policial nas 4 comunas. No geral, a população tem conhecimento desta realidade, tendo havido apenas, para o caso do Posto Policial, uma pessoa em Lumbala Nguimbo e uma em Lutembo que afirmaram que este equipamento não existe e duas pessoas, também em Lumbala Nguimbo, que afirmaram não saber se existe ou não. Já para o Tribunal, a maioria da população tem consciência da não existência, mas,



mesmo que em pequena proporção, mais pessoas afirmaram que existe Tribunal e outras declararam não ter conhecimento sobre se existe ou não, o que demonstra que as comunidades têm maior desconhecimento sobre esta instituição.

Em todos os agregados, apenas foi possível identificar duas pessoas que já tinham tido contacto directo com o Tribunal (uma como testemunha, outra como arguido).

DISTÂNCIA ATÉ AO POSTO DA POLÍCIA

Tendo em conta que a Polícia parece ser uma entidade de recurso relativamente frequente e importante, para as comunidades, foi questionada a distância desde a casa da família até ao Posto de Polícia mais perto, com as seguintes respostas:

Distância posto polícia	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 1 Km	38	23,9	25	38,5	36	43,9	2	5,0
Entre 1 a 2 Km	59	37,1	8	12,3	39	47,6	0	0,0
Entre 2,1 a 3 Km	20	12,6	2	3,1	5	6,1	0	0,0
Entre 3,1 a 5 Km	17	10,7	2	3,1	2	2,4	0	0,0
Mais de 5 Km	20	12,6	25	38,5	0	0,0	28	70,0
Não sabe	5	3,1	3	4,6	0	0,0	10	25,0
Total	159	100,0	65	100,0	82	100,0	40	100,0

Tabela 54: Distância percorrida de casa até ao posto de polícia mais perto

Como se pode verificar, a maioria da população está a uma distância razoável do posto de Polícia mais próximo, com excepção da comuna de Luvuei, onde 70% das famílias inquiridas vive a mais de 5 km. Os postos da Polícia são sempre na sede da comuna, havendo diversas comunidades espalhadas e sem a presença formal de instituições da justiça.

RESILIÊNCIA E CALAMIDADES

De modo a poder ter uma linha de base sobre calamidades e eventual relacionamento com as alterações climáticas, foi inquirido sobre as calamidades que aconteceram e que tiveram impacto na vida e economia familiar.

Calamidades	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Nenhuma	6	3,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Inundações	55	34,4	18	26,9	31	37,3	6	15,0
Granizo	82	51,3	32	47,8	63	75,9	22	55,0
Seca	35	21,9	23	34,3	30	36,1	12	30,0
Incêndios	100	62,5	50	74,6	72	86,7	28	70,0
Ravinas	81	50,6	15	22,4	37	44,6	3	7,5
Desabamento ponte	42	26,3	0	0,0	19	22,9	4	10,0
Degradação dos solos	101	63,1	44	65,7	54	65,1	20	50,0
Desabamento de casas e lavras	84	52,5	24	35,8	56	67,5	17	42,5
Redução do pasto	19	11,9	4	6,0	30	36,1	1	2,5
Pragas /	20	12,6	2	3,1	5	6,1	0	0,0
doenças nas culturas	89	55,6	29	43,3	45	54,2	20	50,0
Ocupação florestas	65	40,6	20	29,9	21	25,3	7	17,5
Total	159	100,0	65	100,0	82	100,0	40	100,0

Tabela 55: Tipo de calamidades sentidas pelas famílias, por comuna



Como se pode verificar, apenas um número diminuto de agregados familiares, e todos em Lumbala Nguimbo, não sentiu impacto de calamidades. Todas as outras famílias identificaram uma ou mais calamidades que afectaram o seu quotidiano.

Muitas das calamidades estão relacionadas com a degradação dos solos com os incêndios e ocupação de floresta. Estes três factores, facilitam o surgimento de ravinas, que podem provocar o desabamento de casas. Ou seja, as calamidades não devem ser analisadas isoladamente, pois as alterações climáticas têm diversas causas, que confluem em diversos efeitos, interligados.

No caso do município de Bundas, todas as calamidades que possam interferir na agricultura são as mais sentidas pelas famílias, dada a sua dependência dos produtos da lavra para alimentação e acesso a recursos.

Para além das calamidades referidas na tabela, em Lutembo, duas famílias mencionaram “**terramoto**”, em Ninda, uma família declarou os elefantes, percebendo a sua presença como calamidade e, em Lumbala Nguimbo, 12 agregados consideraram “**chineses**” como uma calamidade, relacionando esta percepção com o desmatamento e ocupação da floresta.

Nos grupos focais, os participantes revelaram que fazem uma clara associação entre o processo de desflorestação e a diminuição da chuva, o aparecimento de ravinas e a escassez de mel, “**a exploração de madeira está a fazer fugir as**

abelhas. O ar não está bom. Há muito vento. As casas agora caem com muita facilidade, porque árvores protegem as casas. Os animais fugiram, eles se escondiam nas matas, este é o fracasso que as empresas Chinesas estão a causar (...) A exploração de madeira causou também falta de chuva, área que não tem árvores grandes a chuva não cai” (Jovens, Lumbala Nguimbo). Mas neste ponto, também funcionários do sector, concordam com a opinião da população: “**Quando algumas empresas exploraram plantas as chuvas vão diminuir antigamente chovia mais e a exploração de madeira, está a causar mudanças climáticas. Devido à exploração de madeira não está a chover como antes. A produção do mel automaticamente vai diminuir, falta de acompanhamento; os técnicos não acompanham por falta de meios para poder orientar mesmo na própria administração não tem transporte para fazer esse trabalho. É difícil.**” (funcionário do IDA).

Questionado sobre a presença de empresas de exploração de madeira, o mesmo funcionário do IDA declarou estarem 3 empresas a operar na zona, com actividade suspensa no momento da recolha de dados para este relatório, e que o tipo de madeira mais abatida é a mussivi (informação confirmada pelos participantes em grupos focais).

A presença de vida animal na mata, segundo os participantes, tem-se também alterado, já que todos e todas concordam que as abelhas estão cada vez em zonas mais afastadas e o mesmo acontece com os animais de caça.

ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTAR UMA CALAMIDADE

Foi também questionado sobre as estratégias para enfrentar calamidades, de modo a permitir compreender a resiliência das comunidades e a sua capacidade para reverter situações de crise provocadas por factores externos.

Assim, foi possível perceber que a esmagadora maioria (66%), em qualquer uma das 4 comunas, não recorreu a ninguém nem fez nada para enfrentar calamidades.

Tendo em conta que a seca foi uma calamidade especialmente destacada em grupos focais, **“passou uma seca e esta seca causou fome grande e morreram muitas pessoas com a fome e o Governo não apoiou as pessoas daqui.”** (Jovens, Ninda), questionou-se sobre as fontes de irrigação das lavras e os resultados foram os seguintes:

Fontes de irrigação	Lumbala Nguimbo		Ninda		Lutembo		Luvuei	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Nenhuma fonte	1	0,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Água da chuva	158	98,8	66	98,5	83	100,0	40	100,0
Rio	23	14,4	9	13,4	5	6,0	4	10,0
Nascente	1	0,6	1	1,5	0	0,0	1	2,5
Lençol água subterrânea	1	0,6	3	4,5	1	1,2	2	5,0

Tabela 56: Fontes de irrigação das lavras

Estes dados revelam uma enorme fragilidade, por parte das comunidades, para enfrentar condições adversas de seca, já que a população recorre, maioritariamente ao trabalho agrícola para sobreviver e depende totalmente da água da chuva para a irrigação das suas lavras.



Recomendações

Tendo em conta que as comunidades onde foi realizado o estudo, vivem num contexto de pobreza extrema, com oportunidades limitadas de emprego, mas têm acesso a água e terra. Há níveis elevados de desconfiança de intervenções que venham de fora por terem sido alvo anteriormente de promessas que não foram respeitadas, mas não há muitos grupos organizados de cidadãos e cidadãs a operar no município. As famílias praticam tradições orais e usam de preferência línguas locais. As questões relacionadas com alterações climáticas são sentidas pela população.

INTERVENÇÕES A SEREM SELECIONADAS PARA A COMUNIDADE:

1. Empoderamento económico: O trabalho a ser realizado deverá priorizar a necessidade de empoderamento económico das famílias, dos jovens e das mulheres;

2. Formação das comunidades:

- ▶ Recomenda-se o recurso a tradutores e a escolha de, pelo menos, 3 línguas para informação e educação;
- ▶ Adaptar as formações para um público com baixa literacia, valorizando os conhecimentos existentes e a sua relação com a floresta e a agricultura.

3. Sectores prioritários: com base nos dados recolhidos, os seguintes sectores merecem uma avaliação técnica do potencial para uma intervenção sustentável;

- ▶ Respostas a alterações climáticas e agricultura de conservação;
- ▶ Estudar como melhorar e rentabilizar o escoamento de produtos.

SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

1. Sinergias: Promover sinergias com outros projectos do Mosaiko de modo a rentabilizar recursos e a potenciar resultados;

2. Parcerias: Procurar parcerias com organizações da sociedade civil e outras que são especializadas nos sectores de agricultura, apicultura e gestão florestal.

3. Expectativas da parte da comunidade: as intervenções deverão ser seleccionadas e desenhadas com a participação da comunidade tendo o cuidado de clarificar expectativas iniciais e promover a participação de todas as pessoas, sendo as de diferentes partidos e outros grupos da comunidade.

4. Assistência técnica e apoio contínuo à comunidade: a intervenção deverá ser desenhada de forma que a assistência técnica necessária seja assegurada de forma contínua e presente na comunidade.

5. Fazer uma intervenção piloto: Avaliar a possibilidade de intervenção apenas numa comuna, tendo em conta as distâncias e as dificuldades próprias de se intervir numa zona como os Bundas.

6. Inclusão e reforço associativo:

- ▶ Recomenda-se o uso da metodologia Training for Transformation adaptada para o contexto dos Bundas;
- ▶ Promover a participação activa das mulheres, disponibilizando espaços formativos exclusivos para este grupo;
- ▶ A formação em Direitos Humanos deverá ser integrada em todas formações técnicas;
- ▶ Direito à terra é uma prioridade para formação e acção;
- ▶ Promover uma ampla abordagem de género envolvendo homens, mulheres e adolescentes.

RECOMENDAÇÕES SOBRE ADVOCACIA

1. Advocacia:

- ▶ Desenhar intervenções de advocacia para o nível provincial e nacional para chamar a atenção para as condições de vida em Bundas e as dificuldades no acesso a serviços e meios de comunicação (principalmente de estradas);
- ▶ Desenhar intervenções de advocacia adaptadas para as entidades públicas presentes na vida da população nos Bundas com a polícia e funcionários de administrações locais.
- ▶ fortalecer parcerias no território, diversificando o tipo de parceiros. A estratégia de parceria com a Igreja católica é válida e forte, mas deve incluir também outras denominações religiosas.

2. Ideias a serem exploradas:

- ▶ Explorar as possibilidades do mercado internacional de unidades de crédito de carbono, como factor de rendimento para as comunidades.
- ▶ Analisar a possibilidade de criar circuitos de economia circular.
- ▶ Avaliar e explorar a possibilidade de uma experiência piloto e inovadora em Angola de procurar apoios privados e internacionais de empresas que procuram reduzir a sua pegada de carbono investindo em projectos eco-responsáveis.

Referências Bibliográficas

Instituto Nacional de Estatística (INE). Resultados do Recenseamento Geral da População e da Habitação – de Angola 2014.

Instituto Nacional de Estatística (INE), Pobreza Multidimensional nos municípios de Angola, 2018.

ACOM, Estudo de mercado sobre o sector da Madeira na República de Angola e o seu potencial exportador 2018.

MOSAICO, Avaliação Participativa sobre o Acesso à Justiça em Moxico e Uíge, 2018

Siglas

- GF** Grupo Focal
- OMA** Organização da Mulher Angolana.
- TFT** Training for Transformation (Educação para Transformação).
- IDA** Instituto de Desenvolvimento Agrário.
- PGF** Polícia de Guarda Florestal



